

As políticas educacionais brasileiras: desafios e perspectivas de um campo em disputa

É com satisfação que apresentamos a nossos leitores mais uma edição da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE), um periódico dedicado à divulgação dos estudos e pesquisas sobre as questões relativas às políticas educacionais, que vem aperfeiçoando o processo de submissão e publicação dos estudos ao longo dos seus 23 anos de existência. Visando a ampliar o alcance e o acesso dos estudos no Brasil e no exterior, a revista conta hoje com seis indexadores, três deles internacionais. Além disso, desde 2015, todos os artigos publicados contam com o número do *Digital Object Identifier System* (DOI), o que favorece a identificação dos textos dos autores. Por fim, também adquirimos a licença no *Creative Commons*, que contribui para que tenhamos maior controle sobre o conteúdo que publicamos.

Neste ano de 2016, a equipe de editores e comissão científica da RBP AE está participando da organização do V Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, a ser realizado nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2016 na cidade de Goiânia, promovido, em regime de coparticipação, pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), pelo Fórum Português de Administração Educacional (FP AE) e pelo Fórum Europeu de Administradores da Educação na Espanha (FEAE). Simultaneamente, e com a mesma programação, será realizado, em parceria com o Fórum Português de Administração Educacional, o VIII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. O evento, que reúne os dois Congressos, tem como tema central *Política e Gestão da Educação: discursos globais e práticas locais*.

Tendo em vista a importância desse evento para a Anpae e para todos os pesquisadores participantes, a RBP AE publicará uma edição especial, reunindo os 12 artigos submetidos para as seções de Comunicação mais bem avaliados por pareceristas *ad hoc* que atuarão nos eventos e após terem recebido pareceres favoráveis do corpo de avaliadores do Comitê Científico da RBP AE. Intitulada “Prêmio Benno Sander”, esta será uma edição histórica, que homenageará o saudoso ex-presidente da Anpae e grande incentivador dos intercâmbios internacionais. Essa edição será publicada no número 33, volume 1, de 2017.

Registramos também que a educação brasileira vive hoje um tempo emblemático, cujo cenário político nacional é marcado por um histórico retrocesso na implementação das políticas sociais e educacionais. O exemplo

recente é a publicação do Decreto de 27 de junho de 2016, que tornou sem efeito a indicação de alguns membros das Câmaras do Conselho Nacional de Educação (CNE). Nesse ato, o governo interino promoveu enorme retrocesso democrático, rompendo com uma tradição de 12 anos em que todos os primeiros membros indicados pelas entidades tiveram assento no CNE. Entendemos, nesse sentido, que um governo provisório, não eleito diretamente pelo povo brasileiro, não poderia retroceder as ações já em andamento, sobretudo tendo em vista que o CNE é um órgão de grande relevância no sistema educacional brasileiro, que assume a competência de

subsidiar a elaboração e acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação; assessorar o Ministério da Educação no levantamento de problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino; emitir pareceres sobre assuntos da área educacional e questões relativas à aplicação da legislação educacional (BRASIL, Lei nº 9.131/1995, Art. 7º).

Ainda de acordo com a mesma lei, em seu artigo oitavo,

a escolha e nomeação dos conselheiros é feita pelo Presidente da República, sendo que, obrigatoriamente, pelo menos a metade deve ser indicada em listas para cada Câmara mediante consulta a entidades da sociedade civil relacionadas às áreas de atuação das respectivas Câmaras (*idem*);

A esse respeito, Cury (2002), escreve que “se a noção de gestão democrática sob os direitos políticos é uma conquista da modernidade ela se torna mais plena de significados para o Brasil quando se tem a sua origem próxima em nossa história educacional” (p. 166). Para esse autor, mesmo que a Constituição Federal (CF) de 1988 tenha consagrado princípios democráticos para a sociedade e a educação brasileiras, não significa que a construção da ordem democrática tenha se estendido do campo jurídico para o conjunto das práticas políticas e sociais. Sem dúvida, podemos concluir que os escritos do autor, mesmo datados de 2002, parecem atuais para analisar o cenário de instabilidade que já está comprometendo a ordem democrática no Brasil.

É nesse contexto que lançamos esta edição da RBPAAE, que, neste volume, está organizado em três seções: artigos científicos, artigo de opinião e documentos. Iniciamos apresentando o artigo *As marcas da gestão democrática nas escolas portuguesas*, de Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino, Fernando Selmar Rocha Fidalgo, José Alberto de Azevedo e Vasconcelos Correia e Elisabete Ferreira, discute o resultado de uma pesquisa realizada na região do Porto –

Portugal com a perspectiva de compreender como as seis escolas visitadas vivenciam seus processos pedagógicos democráticos, com foco na participação e qualidade das ações dos dirigentes escolares portugueses.

A área de pesquisa comparada tem-se ampliado significativamente na última década, principalmente sob o enfoque das políticas públicas educacionais, demonstrando um fecundo campo de investigação, principalmente por sua capacidade de subsidiar decisões políticas (PEREZ; PASSONE, 2007; KRAWCZYK, 2013). Os autores Edilene Rocha Guimarães e José Carlos Morgado realizaram o estudo comparado *Currículo e Avaliação: os testes estandardizados* entre o ensino secundário em Portugal e o ensino médio no Brasil, analisando a relação entre currículo e avaliação para compreender como os testes estandardizados têm conformado o currículo, o que enfatizou a interação entre as políticas avaliativas e as políticas curriculares em ambos os países.

O artigo *Evaluating Higher Education Institutions through Agency and Resources-Capabilities Theories. A Model for Measuring the Perceived Quality of Service*, de José G. Vargas-Hernández, busca explicar através da teoria da agência, da teoria de recursos e capacidades, como é o processo de avaliação em instituições de educação superior, a implementação de ações para manter a qualidade e como elas operam na gestão refletindo sobre seu processo de governança.

Emerson Wagner Mainardes, Helena Alves e Mario Raposo, por meio da pesquisa *Portuguese State University Performance According to students: an efficiency analysis*, avaliaram a performance das universidades públicas portuguesas por meio das expectativas e níveis de satisfação de seus estudantes, apresentando diversos fatores que interferem em diversas variáveis discutidas e analisadas.

Saviani (2010), já àquela época, alertou sobre a importância da previsão de avaliações periódicas acerca da implementação dos Planos Nacionais de Educação, atentando para os mecanismos de acompanhamento, para garantir que os planos sejam efetivamente colocados em prática. Ampliando o debate nessa mesma linha, por meio do artigo *Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições*, Luiz Fernandes Dourado, Geraldo Grossi Júnior e Roberval Ângelo Furtado situam a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) por meio da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 e dos planos decenais elaborados pelos entes federados, contextualizando a importância da criação de condições para que o processo de implementação, do monitoramento e da avaliação efetivamente ocorra, expondo algumas contribuições.

O trabalho de Ângelo Ricardo de Souza intitulado *A teoria da agenda globalmente estruturada para a educação e sua apropriação pela pesquisa em políticas educacionais* discute os principais elementos da teoria da agenda globalmente estruturada para

a educação, buscando mostrar seus limites e potencialidades para as pesquisas em políticas educacionais, contribuindo com possibilidades dessa abordagem para a pesquisa na área.

Amaral (2010) ressaltou o grande desafio que temos para atingir o percentual de 10% do PIB aplicados em educação, considerando suas necessidades, especificidades e desigualdades, demonstrando a importância da ampliação dessa discussão no campo das políticas educacionais. Assim, Cacilda Rodrigues Cavalcanti apresenta o artigo *Custo aluno qualidade inicial, 10% do PIB e uma nova fonte de receita: novas perspectivas para o financiamento da educação básica?*, cujo objetivo é analisar os limites e as perspectivas dos atuais arranjos no financiamento da educação básica. Para isso, a autora apresenta um histórico da proposta de Custo aluno Qualidade inicial (CAQi) e analisa a meta de 10% do PIB e a importância da receita dos royalties do petróleo na direção de seu alcance.

O artigo *Políticas de accountability na educação básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho*, de Andréia Ferreira da Silva, possui como objetivo discutir essas políticas nessa fase de ensino, tendo como foco as medidas instituídas no município de Campina Grande/PB acerca da avaliação externa e do pagamento de professores por desempenho.

Considerando a importância atribuída nos debates contemporâneos à a avaliação das instituições de educação superior, no estudo de Lúcia Maria de Assis, intitulado *Avaliação institucional e trabalho docente: repercussões, desafios e perspectivas*, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em estudos e pesquisas em educação realizados no período entre 1996 e 2013, para identificar e analisar como as políticas de avaliação institucional repercutem no trabalho de professores da Educação Superior, demonstrando a contribuição para a compreensão desse campo, da (des) valorização e condição do trabalho docente.

Num momento de importância da discussão sobre processos democráticos no Brasil, Simone de Fátima Flach e Kelly Letícia da Silva Sakata se debruçam sobre o tema da gestão democrática, no artigo intitulado *O princípio da gestão democrática na educação pública e sua efetivação no âmbito do sistema municipal de ensino de Ponta Grossa-PR*. O artigo apresenta um estudo sobre gestão democrática, sobre os principais marcos legais e normativos brasileiros a concernentes à temática e analisa sua efetivação no âmbito do sistema municipal de ensino em questão.

O estudo que fecha essa seção de artigos possui como título *Educação de Jovens e Adultos: modalidade de ensino e direito educacional*, de Valdivina Alves Ferreira e Marcilene Ferreira Rodrigues, realiza uma reflexão sobre essa modalidade de ensino enquanto direito educacional.

Considerando a importância de publicizar estudos e pesquisas que possam contribuir para preservar a história e a documentação sobre a Revista

Brasileira de Política e Administração na Educação (RBP AE) e sobre a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), na seção “Artigo de Opinião”, apresentamos o artigo de Adolfo Ignacio Calderón e Júlio Penna Fedre intitulado *José Querino Ribeiro: o Fayolismo na administração escolar e a defesa da eficiência dos serviços educacionais*, cujo objetivo é analisar as contribuições teóricas de José Querino Ribeiro, fundador da Anpae, destacando seu caráter pioneiro dentre as abordagens empírico-rationais pautadas no paradigma do consenso.

Na seção “Documentos” deste número, apresentada por João Antônio Cabral de Monlevade, publicamos a Resolução n. 2, de 13 de maio de 2016, homologada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica, por se tratar de relevante e histórico documento que visa a orientar e a instruir a formação e a valorização desses profissionais, compreendendo suas identidades funcionais, a oferta de cursos específicos de formação e demais aspectos que possam promover sua valorização no contexto das políticas e práticas educativas escolares e extraescolares (ASSIS, 2015).

Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Editora Associada

Lúcia Maria de Assis
Editora

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. Os desafios do financiamento da educação brasileira até 2050: o Brasil possui condições para um salto educacional? *Anais Congresso Ibero-Luso-Brasileiros de Política e Administração da Educação*, 2010. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/92.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ASSIS, Lúcia Maria. Diagnóstico das iniciativas de formação inicial, em nível superior, e formação continuada dos profissionais da Educação Básica (funcionário e técnico administrativo) efetivadas pelas IES, especialmente as Universidades Públicas e Institutos Federais. CNE/UNESCO, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=26091-diagnostico-iniciativas-formacao-inicial-continuada-profissionais-edfisica-basica-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL. *Lei n° 9.131, de 24 de novembro de 1995*. Altera dispositivos da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 18, n. 2, p. 163-174, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaec/article/view/25486/14810>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

KRAWCZYK, Nora. Pesquisa comparada em educação na América Latina: situações e perspectiva. *Revista Educação Unisinos*, n. 17, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/download/edu.2013.173.03/3810>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. A perspectiva política da educação comparada e as avaliações internacionais da qualidade da educação. *Revista Políticas Educativas*, v. 1, n. 1, p. 45-59, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/18248/10741>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 380-392, Aug. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jul. 2015.